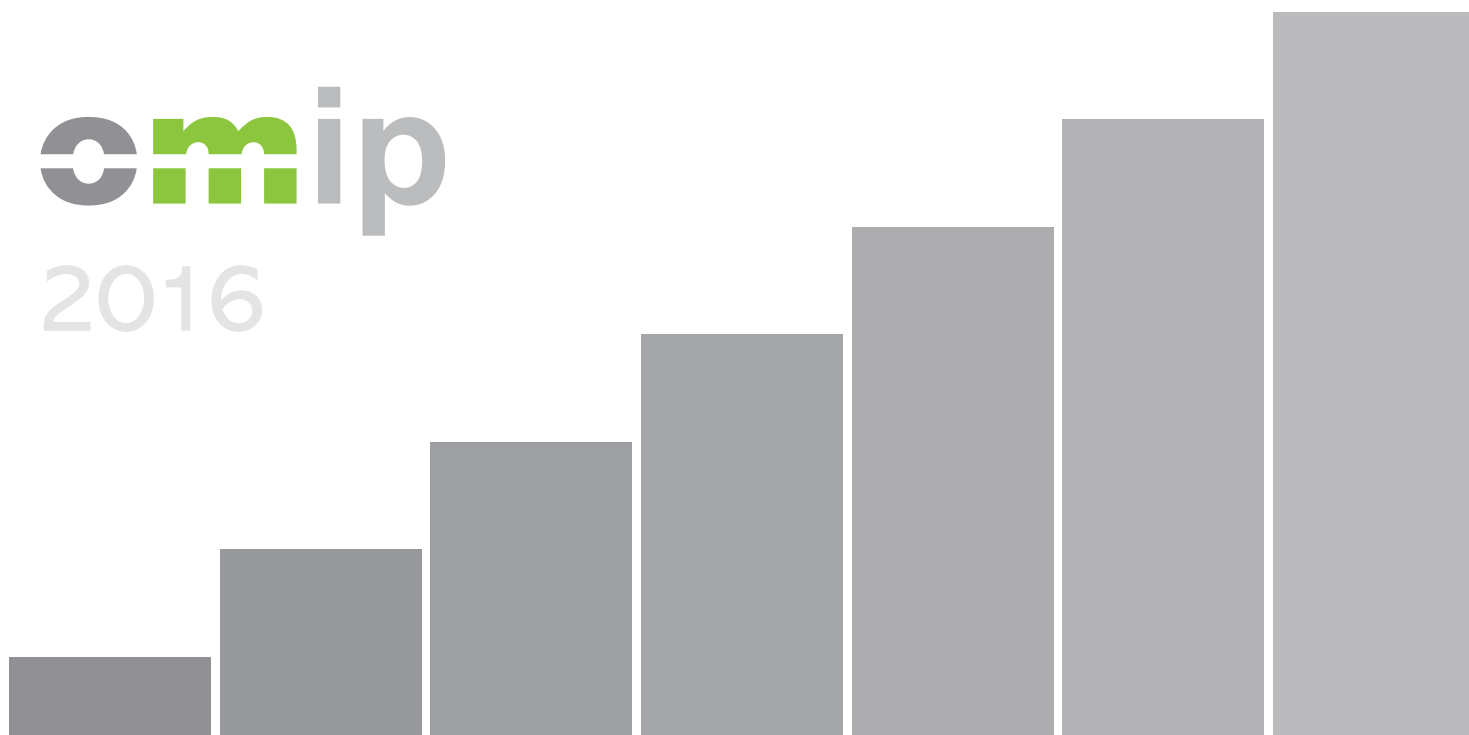
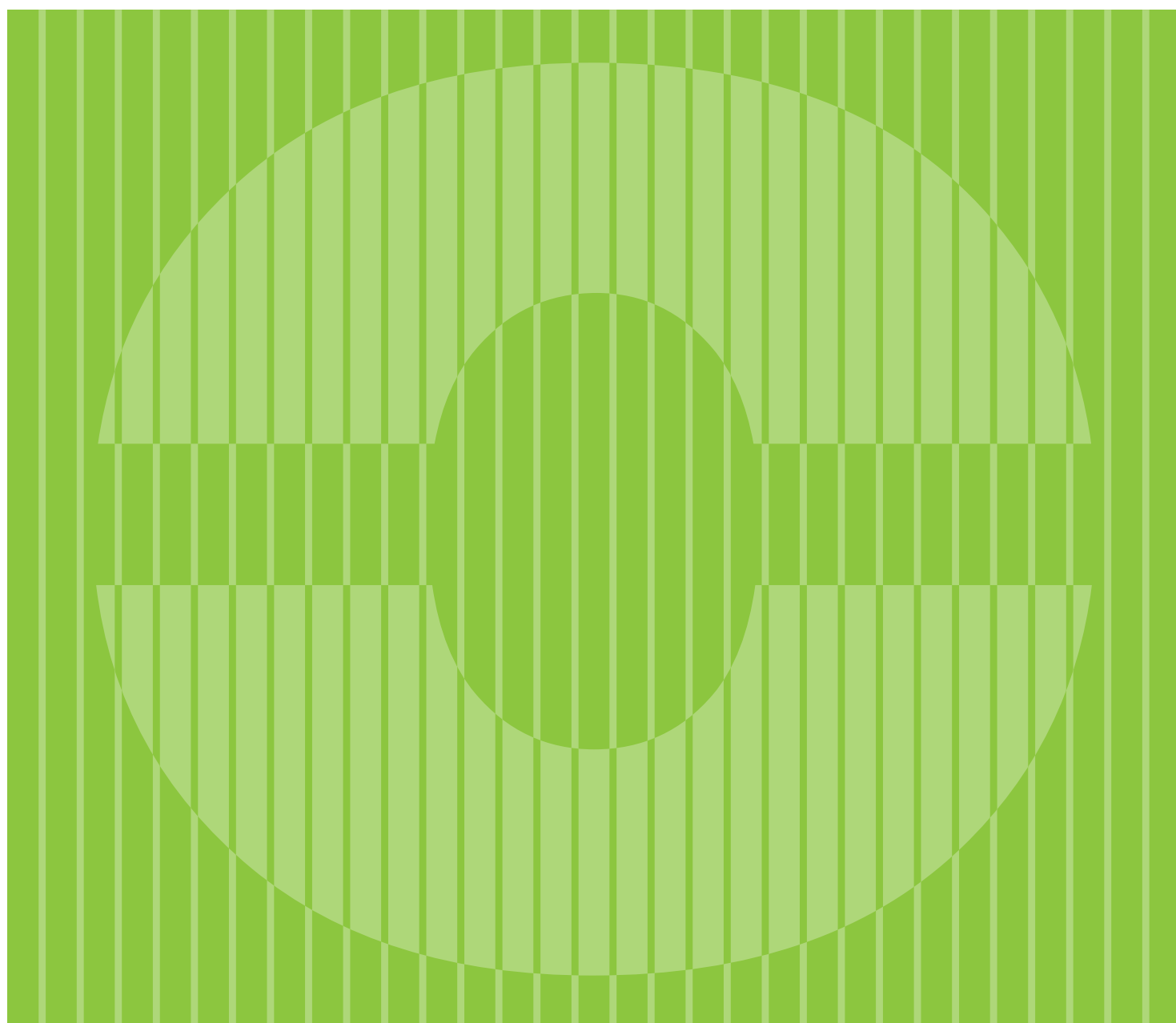


emip

2016



R E L A T Ó R I O D E G E S T Ã O E C O N T A S 2 0 1 6



ABREVIATURAS:

OMI

OMI – Operador do Mercado Ibérico

OMIP

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.

OMIClear

OMIClear, C.C., S.A.

OMIE

OMI – Polo Español, S.A.

OMIP SGPS

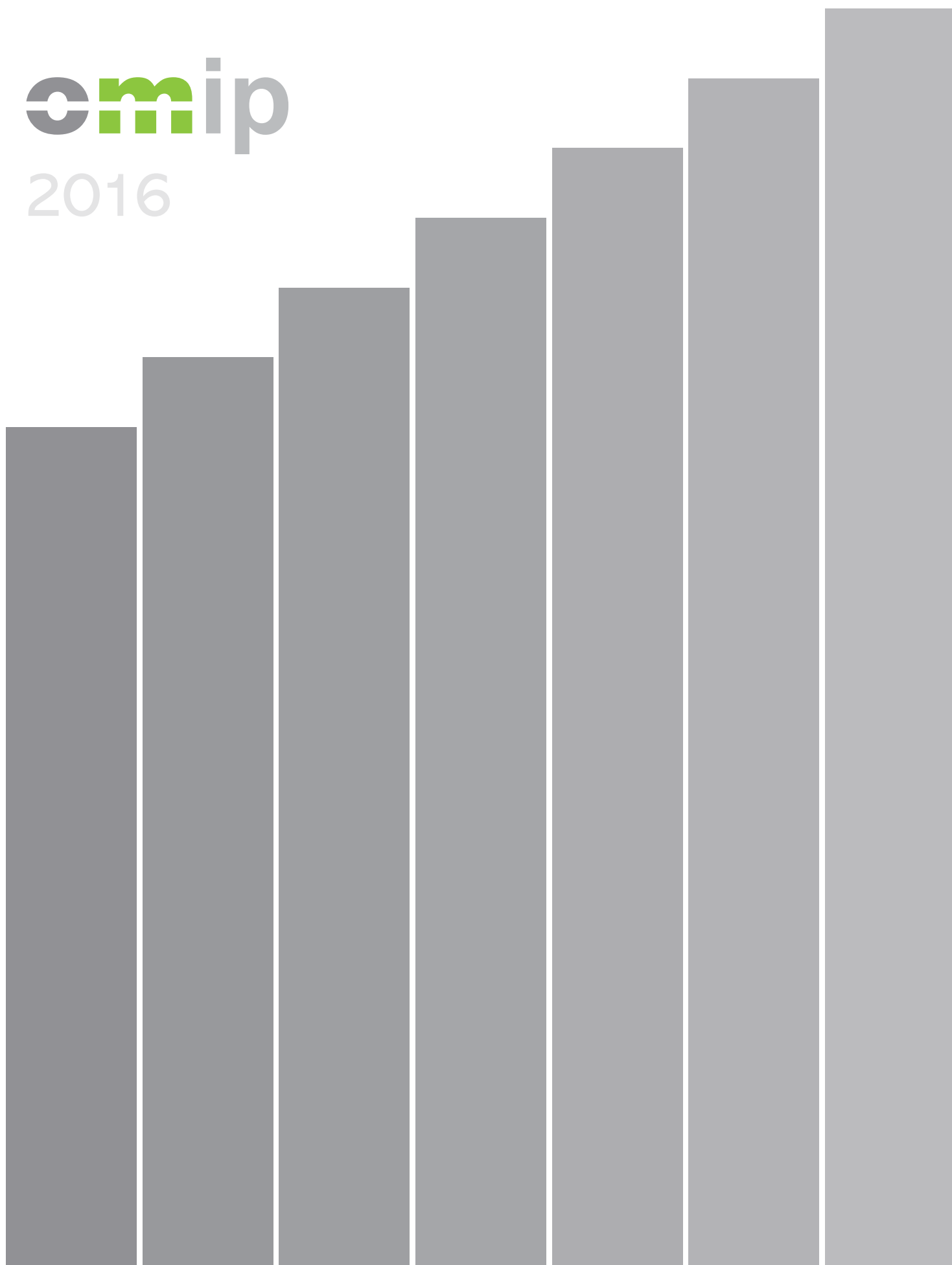
OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.

OMEL

Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A.



2016



índice

01	Mensagem da Presidência	07
02	Período de 2016	08
	2.1 Enquadramento	
	2.2 Organização	
	2.3 OMI	
03	Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL	11
04	Sistemas de informação	19
05	Outras atividades	20
	5.1 Leilões de colocação de produção em regime especial	
	5.2 Leilões de capacidade na interligação eléctrica entre Portugal e Espanha	
	5.3 Leilões sobre o novo produto indexado aos índices de produtividade solar	
	5.4 Direitos de utilização de capacidade (gás)	
	5.5 Desenvolvimento do projeto GPMC	
06	Perspetivas para 2017	24
07	Proposta de aplicação de resultados	26
08	Acionistas, órgãos sociais e participada	29
	8.1 Acionistas	
	8.2 Órgãos sociais (trienio 2015 – 2017)	
	8.3 Participada	
09	Demonstrações financeiras e anexos a 31 de dezembro de 2016	31
10	Anexos	58
	Certificação Legal das Contas	
	Relatório e Parecer do Fiscal Único	



MENSAGEM
DA PRESIDÊNCIA



Pedro Jesús Mejía Gómez

Presidente do Conselho de Administração

No ano em que se cumpriram 10 anos desde o arranque do Mercado de Derivados do MIBEL, o OMIP conseguiu o seu melhor resultado económico de sempre. Tal feito foi tornado possível pela grande dedicação de todos os colaboradores, que permitiu desenvolver um conjunto de serviços complementares e acessórios à atividade principal da sociedade, a qual se situou em 2016 em níveis inferiores aos de anos anteriores.

Neste particular, ainda que se tenha assistido ao crescimento dos volumes negociados e compensados, estes continuam em níveis bastante inferiores aos registados em 2014. Esta situação deve-se à estabilidade das cotações durante grande parte do ano, ao abandono por parte de alguns bancos e fundos de investimento dos mercados de commodities bem como a incertezas relacionadas com alterações regulatórias, contribuindo assim, em conjunto, para a manutenção do cenário verificado em 2015, de reduzido interesse e apetência pela negociação e cobertura de risco por parte dos participantes no Mercado de Derivados do MIBEL.

Os números são elucidativos: o volume negociado no mercado gerido pelo OMIP aumentou de 2015 para 2016 cerca de 15,32% para 34,43 TWh, ainda assim substancialmente inferior ao registado em 2014 (52,86 TWh). Comparativamente, o mercado OTC,

segundo os dados da CNMC, alcançou em 2016 169,66 TWh, resultando num aumento de 20,4% face a 2015 (140,86 TWh).

Em 2016, prosseguiu-se com a estratégia de ampliar o portfolio de produtos aceites para compensação e liquidação, quer em derivados com subjacente eletricidade fora da Península Ibérica, quer em produtos derivados de gás natural. No primeiro caso, o OMIP listou negociação produtos alemães e franceses, sendo que no segundo caso, se continua a aguardar a autorização do regulador. O lançamento de produtos gás afigura-se fundamental para o desenvolvimento do mercado ibérico de gás. Numa outra vertente, foi disponibilizado um serviço de reporte de informação ao ACER, no âmbito da segunda fase de implantação do REMIT, relativa a contratos não padronizados e outra informação.

Esta estratégia de ampliação de portfolio, muito virada à satisfação das necessidades dos agentes de mercado, conjuntamente com o elevado nível de serviço e atenção ao cliente sempre proporcionado pelo OMIP, confere à nossa empresa a confiança e o ânimo necessários para fazer face aos desafios com que se defronta, em particular o aumento da concorrência bem como o cada vez mais exigente enquadramento legislativo e regulamentar aplicável à sua actividade.

Consequentemente, a linha de ação para o futuro passa por continuar com a diversificação de forma a mitigar os riscos, que, na sua grande maioria, se encontram fora do nosso controlo, assim como por manter uma estrutura de custos muito ajustada. É neste contexto, e dispondo da necessária flexibilidade, que o OMIP enfrentará os desafios, novos projetos e oportunidades de negócio.

Para terminar, queremos deixar o nosso reconhecimento a toda a equipa do OMIP, incluindo os Administradores não executivos, pelo excelente trabalho desenvolvido, assim como reiterar o nosso agradecimento a todos os acionistas pelo apoio e confiança depositados.

Lisboa, 22 de março de 2017



PERÍODO DE 2016

2.1 Enquadramento

O Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República de Portugal e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora dos mercados a prazo, em paralelo com o OMIE, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diário e intradiário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, constituída em abril de 2004, para desempenhar as funções de contraparte central das operações realizadas no Mercado.

O OMIP e a OMIClear desenvolvem as suas actividades ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecidos, respetivamente, como sociedade gestora de mercado regulamentado e de contraparte central, ambos registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

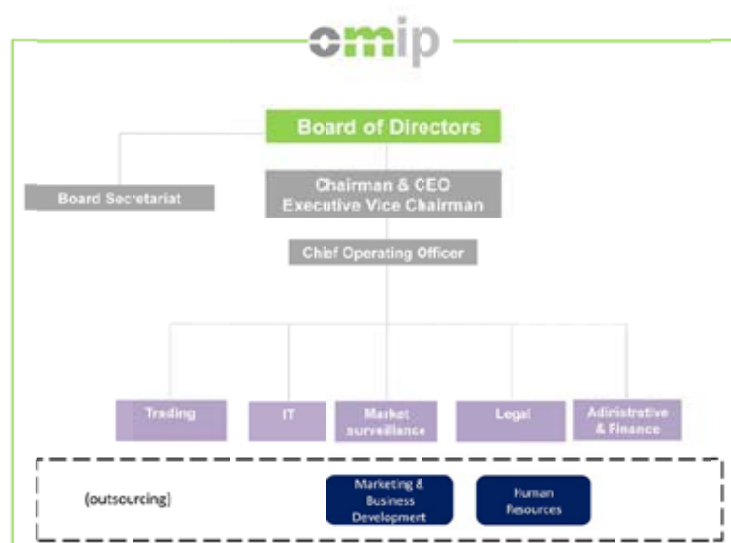
Nos termos do Acordo Internacional de Santiago, a supervisão do MIBEL está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores do sector financeiro (CMVM e Comisión Nacional del Mercado de Valores) e do sector energético (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia) dos dois países.

2.2 Organização

A estrutura organizativa do OMIP encontra-se concebida para assegurar o regular e eficaz funcionamento do Mercado e, simultaneamente, dar resposta a todas as solicitações recebidas, seja de participantes, entidades supervisoras ou público em geral.

Para além dos recursos próprios, foram celebrados contratos de prestação de serviços com outras empresas pertencentes ao grupo OMI. Esta situação, dentro dos limites previstos na legislação aplicável, permite uma melhor alocação e gestão dos recursos humanos disponíveis.

Figura 1 Organização operacional do OMIP



A 31 de dezembro de 2016, a sociedade contava com 12 colaboradores (quatro do sexo feminino e oito do sexo masculino). A este número acresce o Presidente do Conselho de Administração, que exerce funções executivas.

2.3 OMI

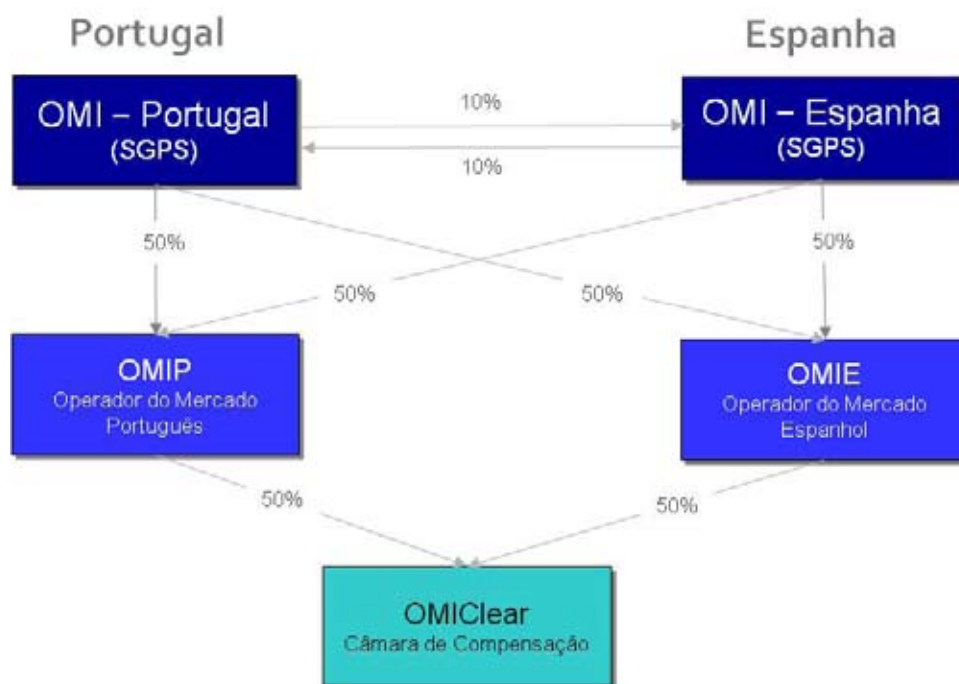
Em 2011 deu-se efetiva concretização à estrutura societária do OMI, conforme previsto no Artigo 4.º do Acordo Internacional de Santiago, na redação dada pelo Acordo de Braga, que o reviu, o qual passou a prever que o OMI “será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respetivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10% e que ambas as sociedades deterão 50% de cada uma das sociedades gestoras dos mercados...”. Na Figura 2 ilustra-se o modelo acordado.

Nesse contexto, em 18 de Outubro de 2011, as sociedades *holding* OMIP SGPS e OMEL, passaram a deter em partes iguais o capital de cada uma das sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE. Além disso, concretizou-se o modelo de governo societário igualmente previsto, constituído por um Conselho de Administração de composição comum às duas sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE.

Em 12 de Setembro de 2013 concretizou-se a entrada do OMIE na estrutura acionista da OMIClear, a qual foi realizada por aumento de capital, concluindo-se, assim, o modelo para o OMI previsto no Acordo Internacional.

2014 e 2015 foram anos de consolidação e de rearranjos internos, em especial para adaptação aos requisitos prudenciais, organizacionais e de gestão de risco aplicáveis à atividade da OMIClear, situação que também teve impactos no OMIP.

Figura 2 Organograma do OMI



O ano de 2016 representou o décimo ano completo de atividade no desempenho das funções cometidas ao pólo português do Operador do Mercado Ibérico da Eletricidade.



EVOLUÇÃO DO MERCADO DE
DERIVADOS DO MIBEL

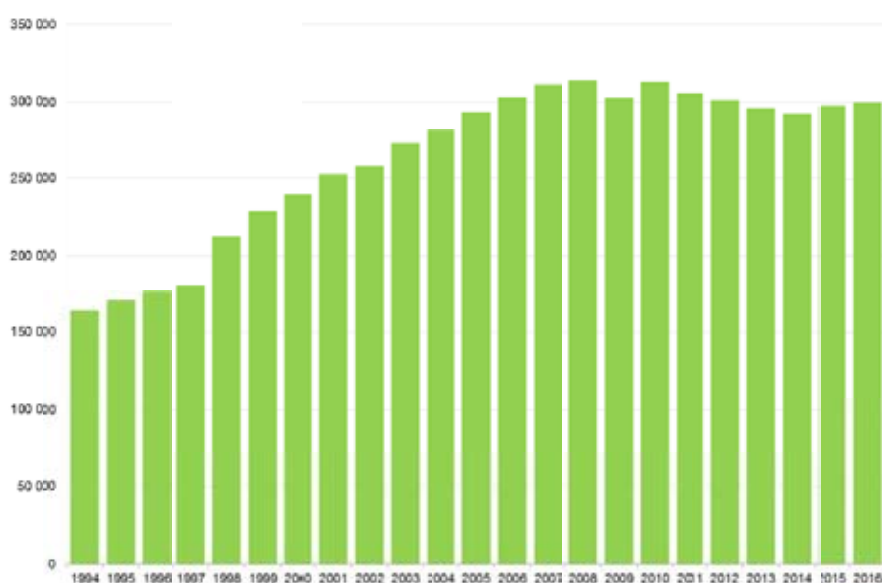
EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DERIVADOS DO MIBEL

O Mercado de Derivados do MIBEL, em linha com a negociação OTC, teve em 2016 um crescimento nos volumes negociados.

Para essa situação contribuíram vários factores positivos, como o regresso de alguns players internacionais que estavam afastados do mercado ibérico, o evoluir da situação económica e financeira, a estabilização das cotações, o recentrar de actividade por parte de instituições de crédito e fundos de investimento, entre outros, que impactaram nas estratégias de negociação e de cobertura de risco dos participantes no Mercado.

Como referido, em 2016, o volume transacionado aumentou 15,32% relativamente a 2015. Em contínuo foram negociados 19,54 TWh, face aos 15,36 TWh de 2015, sendo que o consumo de energia eléctrica na Península Ibérica, em comparação com o ano transato, aumentou 0,72% em Espanha e aumentou 0,62% em Portugal, resultando num aumento de 0,7% no total da Península Ibérica.

Figura 3 Consumo de eletricidade na Península Ibérica (TWh)



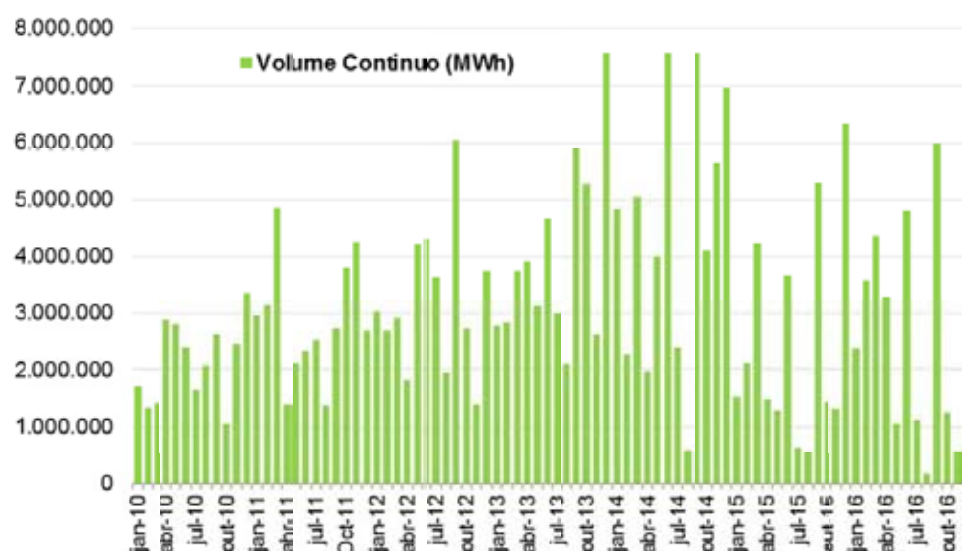
Quadro 1 Principais indicadores de atividade

	2016	2015
Volume transacionado (TWh)	34	30
Valor nocional negociado (Milhão EUR)	1 048	1 003
Número de participantes	68	63

Relativamente ao número de participantes e como se demonstra em detalhe mais à frente, em 2016, o mercado conheceu um ligeiro crescimento, tendo sido admitidos oito membros negociadores e cessação/suspensão de 5 entidades o que resultou num saldo positivo de 3 novos membros.

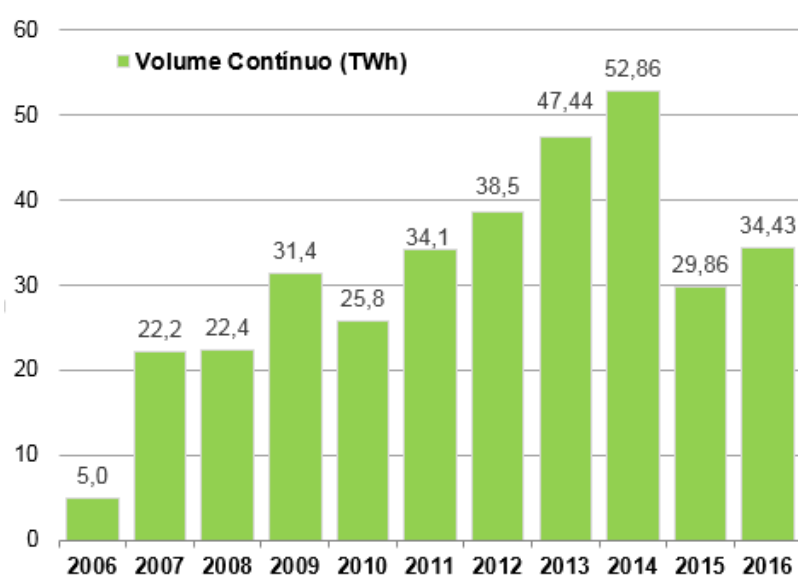
No que respeita aos volumes negociados, evidenciam-se os meses de setembro e dezembro, cujos valores foram claramente superiores aos restantes. De referir, também, que em termos médios foram negociados, mensalmente, cerca de 2,87 TWh, face aos 2,49 TWh de 2015.

Figura 4 Volume de energia negociada em mercado (MWh)



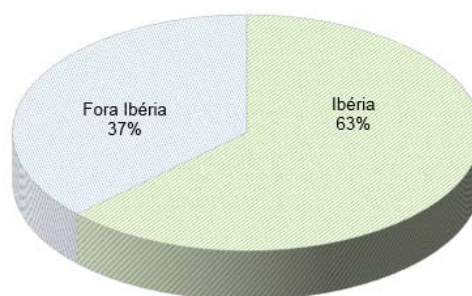
Analisando os volumes negociados numa base anual, constata-se que em 2016 o volume negociado voltou a crescer depois de ter diminuído em 2015. Durante o ano de 2016 foi negociado em ecrã (Contínuo e Leilões) um valor de 34,42 TWh refletindo um aumento de 15,32% face ao ano anterior.

Figura 5 Volume anual negociado em mercado (MWh)



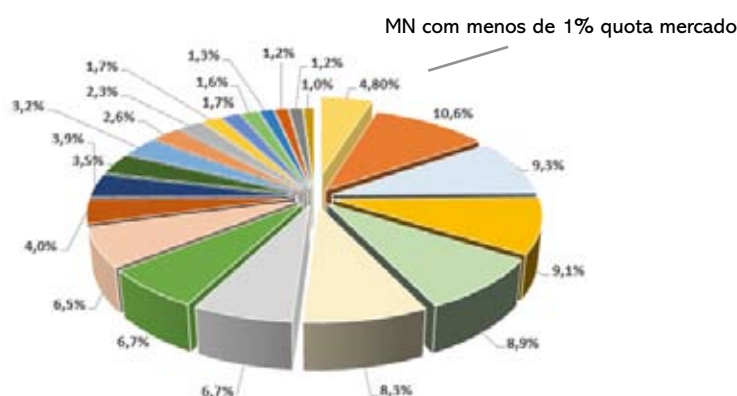
Na figura 6 observa-se que 63%% do volume total foi negociado por entidades domiciliadas na península ibérica, percentagem inferior à verificada em 2015 (71%). Este resultado demonstra, como aliás já foi falado neste documento, o crescente interesse de entidades internacionais pelo mercado ibérico de energia.

Figura 6 Quotas de mercado por domiciliação do membro negociador



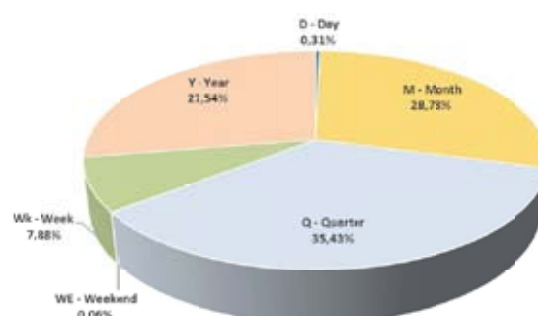
No que respeita à distribuição de quotas de mercado entre o total de membros negociadores em 2016 (ver figura 7), esta apresenta uma estrutura semelhante ao ano anterior, em que o volume voltou a estar bastante dividido entre os diferentes membros do mercado, sendo que os três mais activos representaram cerca de 29% (33% em 2015) do volume total negociado. Este indicador, que merece ser destacado, da repartição do volume negociado, confirma que o mercado de eletricidade da Península Ibérica se mantém concorrencial e que em 2016 o peso dos principais players foi inclusive inferior face ao ano anterior.

Figura 7 Quotas de mercado por membro negociador



Relativamente aos contratos listados para negociação, e em termos de energia equivalente, os trimestrais voltaram a ser os mais transaccionados com cerca de 35,43% do total do portfólio disponível no OMIP, como demonstra a figura 8, seguido pelos mensais e pelos anuais. Os instrumentos de curta maturidade continuam a ser claramente os contratos com menor quota de mercado.

Figura 8 Peso do volume negociado por tipo de Contrato em 2016



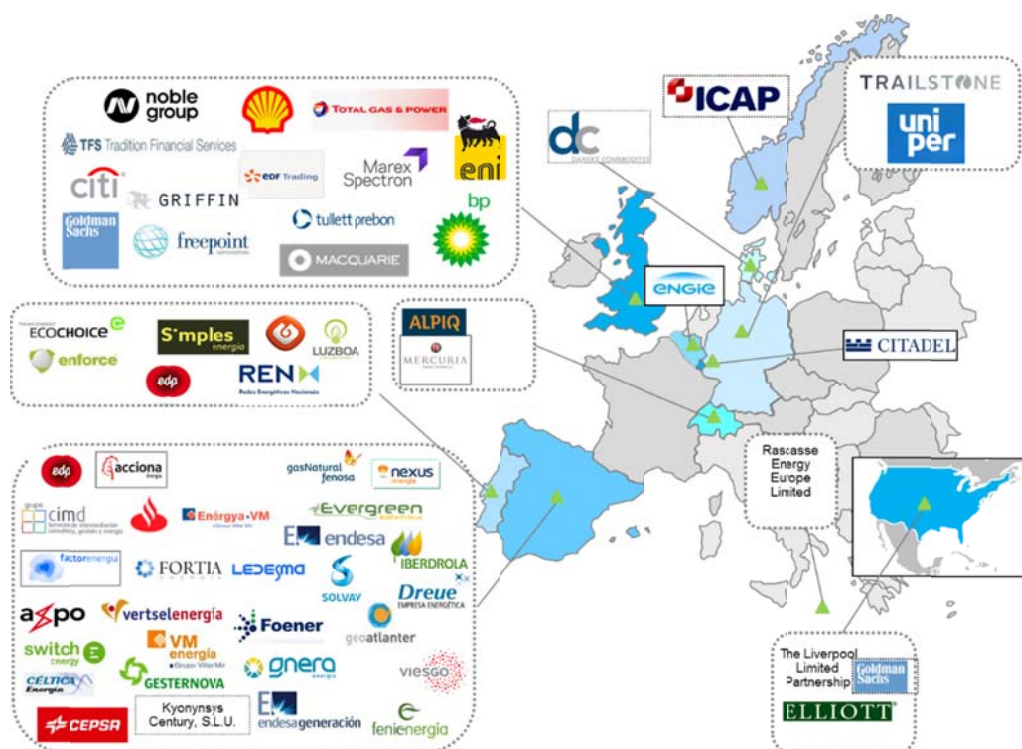
No quadro 2, apresenta-se a lista de participantes no OMIP, a 31 de dezembro de 2016, com a indicação dos membros negociadores por conta própria (CP), membros negociadores por conta de terceiros (CT) e intermediários de operações bilaterais (IOB).

Quadro 2 Participantes do Mercado de Derivados do MIBEL

Entidade	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Acciona Green Energy Developments, S.L.	■		
Alpiq AG	■		
AXPO Iberia, S.L.	■		
Banco Santander, S.A.	■	■	
BP Gas Marketing Limited	■		
Celtica Energía, S.L.	■		
Cepsa Gas y Electricidad, S.A.	■		
CIMD – Corretaje e Información Monetaria y de Divisas, S. V., S.A.		■	■
Citadel Financial Products S.à.r.l.	■		
Citigroup Global Markets Ltd.	■		
City Financial Investment Company Limited	■		
Danske Commodities, A/S	■		
Dreue Electric, S.L.	■		
Ecochoice, S.A.	■		
EDF Trading Markets Limited	■		
EDP - Energias de Portugal, S.A.	■		
EDP - Serviço Universal, S.A.	■		
EDP Comercializadora de Último Recurso, S.A.	■		
Elliot International, L.P.	■		
Endesa Energía XXI, S.L.	■		
Endesa Generación, S.A.	■		
Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.	■		
Enforesco S.A.	■		
Engie Global Markets	■		
Eni Trading & Shipping S.p.A.	■		
Evergreen Electrica S.L	■		
Factor Energía, S.A.	■		
Fenit Energía S.A.	■		
Foener Comercialización, S.L.U.	■		
Fortia Energía Servicios S.L.	■		
Fortia Energía, S.L.	■		
Freemont Commodities Europe LLP	■		
Galp Power, S.A.	■		
Gas Natural SUR SDG, S.A.	■		
Gas Natural SDG, S.A.	■		
GeoAtlánter S.L.	■		
Gestemova, S.A.	■		
Gnera Energía y Tecnología, S.L.	■		
Goldman Sachs International	■	■	
Griffin Markets			■
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	■		
Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.	■		
Iberdrola Generación España, S.A.U.	■		
ICAP Energy, AS		■	■
Kyonyoys Century S.L.U.	■		
Ledesma Comercializadora Eléctrica, S.L.	■		
LUZBOA – Comercialização de Energia, Lda.	■		
Macquarie Bank Limited	■		
Mercuria Energy Trading, S.A.	■		
Nexus Energía, S.A.	■		
Noble Clean Fuels Limited	■		
PH Energía, Lda.	■		
Rascasse Energy Europe Limited	■		
Red Eléctrica de España, S.A. *	■		
REN - Rede Eléctrica Nacional, S.A. *	■		
Shell Energy Europe Ltd.	■		
Solvay Energy Services Ibérica S.L	■		
Spectron Energy Services			■
Switch Energy, S.L.	■		
The Liverpool Limited Partnership	■		
Total Gas & Power Ltd.	■		
Tradition Financial Services Derivatives Ltd.		■	
Tradition Financial Services Ltd.			■
TrailStone GmbH	■		
Tullett Prebon (Europe) Limited			■
Tullett Prebon (Securities) Limited		■	
Uniper Global Commodities SE	■		
Vertsel Energía, S.L.U.	■		
Viesgo Comercializadora de Referencia, S.L.	■		
Viesgo Generación, S.L.	■		
Viesgo Renovables, S.L.	■		
Villar Mir Energía, S.L.U.	■		

A distribuição geográfica dos membros, indicada na figura 9, mostra claramente dois pólos mais representativos. Um na península ibérica (Espanha em particular) em que sobressaem entidades com activos e interesses na produção e comercialização de energia eléctrica e outro no Reino Unido em que se destacam, maioritariamente, empresas de natureza financeira, bancos e fundos de investimento.

Figura 9 Origem dos participantes (dez. 2016)



O Mercado de Derivados do MIBEL apresentava a 31 de dezembro de 2016, 64 membros CP, seis participantes com capacidade para CT e seis IOB, conforme expresso no quadro 3.

Relativamente à categoria de CP, a predominância é de membros ibéricos, ao passo que na modalidade de CT e IOB, os membros fora da península ibérica continuam a ser a maioria.

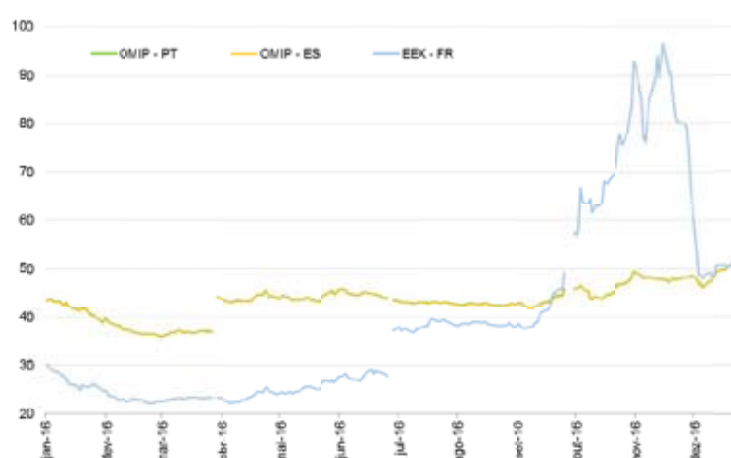
Em resultado do trabalho de marketing desenvolvido em 2016, foram admitidos como membros negociadores as empresas Villar Mir Energía, Gesternova, Evergreen Eléctrica, Energía Simples, Ecochoice, Luzboa, Enforcesco e Citadel Financial Products. A maioria dos novos membros é composta por pequenas comercializadoras, tendo entrado também um fundo de investimento não Ibérico.

Quadro 3 Participantes no final de 2016

Origem	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Espanha	35	2	1
Portugal	8	0	0
Reino Unido	11	3	4
Alemanha	2	0	0
Noruega	0	1	1
USA	2	0	0
Bélgica	1	0	0
Dinamarca	1	0	0
Luxemburgo	1	0	0
Malta	1	0	0
Suiça	2	0	0
Total	64	6	6
Ibéricos	43	2	1
Não Ibéricos	21	4	5

Em termos de preços, como se observa na figura 10, relativamente aos primeiros contratos trimestrais das duas zonas do MIBEL, a cada momento listados para negociação, salta à vista alguma sazonalidade que caracteriza a Península Ibérica, a qual é exponenciada pelo confronto com o mercado francês, muito mais sensível a aspectos relacionados com o consumo e as tecnologias existentes no respectivo parque produtor. Em 2016 além das características mais ou menos conhecidas do mercado Francês, este foi muito influenciado pela “crise” das Centrais Nucleares francesas, evento esse que no final do ano teve grande impacto na subida dos preços para esse mercado. Para se evidenciar a volatilidade que houve no mercado francês, basta referir que os contratos trimestrais atingiram o seu máximo valor de 96,5 EUR/MWh no dia 18 de novembro para a zona francesa e o seu valor mínimo de 22,22 EUR/MWh no dia 26 de fevereiro para a mesma zona.

Figura 10 Evolução do preço do primeiro contrato trimestral em negociação (EUR/MWh)



No contrato anual (cfr. figura 11), observa-se a manutenção de uma tendência estável com os preços espanhóis e portugueses a situarem-se entre 39 e 46 EUR/MWh. Ainda assim, as cotações máximas foram verificadas 28 de dezembro, com 45,75 EUR/MWh em Espanha e no mesmo dia com 45,82 EUR/MWh em Portugal. A diferença de preços para o mercado francês acentuou-se no último trimestre de 2016 pelas razões já assinaladas neste texto.

Figura 11 Evolução do preço do primeiro contrato anual em Negociação (EUR/MWh)



O Quadro seguinte resume alguns dos acontecimentos mais importantes que marcaram o ano de 2016.

Quadro 4 Resumo de 2016

Acontecimento
Axpo Iberia; EDF Trading Limited e Endesa foram escolhidos por concurso como criadores de mercado (<i>market makers</i>) para todo o ano de 2016.
Entrada de 8 novos membros negociadores no OMIP (8 deles empresas ibéricas pertencentes ao sector energético, e 1 entidade financeira não ibérica)
Realização ao longo do ano e trimestralmente do Leilões de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL e do Leilão de Contratos Financeiros de direitos de capacidade na interligação Portugal Espanha. Os volumes negociados foram de 5,69 TWh e 9,2 TWh respectivamente.
Realização de dois leilões de produto indexado à produtividade solar promovidos pela Endesa.
Organização de 9 sessões sobre o Mercado de Derivados de Energia pelo OMIP, em Madrid e Lisboa contanto no total com mais de 100 participantes. Cinco destas sessões foram <i>in-house</i> e as outras quatro foram formações gerais abertas a todos os participantes.
Lançamento em Maio da negociação de produtos derivados sobre as zonas Francesa e Alemã quer para negociação em bolsa, quer para registo OTC.
O OMIP continuou a sua actuação como RRM, reportando ao ACER segundo as normas do REMIT, tendo até do fim de 2016 quase 80 clientes que subscreveram este serviço.
Em Outubro, a ERSE designou o OMIP como a entidade para operar a plataforma dos Leilões de Compensação de Gás necessários para equilibrar a Rede Nacional de Transporte de Gás Natural Portuguesa (REN)
O OMIP entregou aos reguladores a candidatura para lançar o novo mercado Derivado de Gás (PVB-ES Spanish), permitindo a negociação em ecrã e registo OTC. A aprovação deve estar concluída durante o primeiro semestre de 2017.



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Durante 2016 a atividade da área de sistemas de informação centrou-se em três componentes fundamentais:

1. Gestão da relação com fornecedores externos;

- > Suporte à comunicação entre fornecedor e departamentos operacionais;
- > Manutenção de infra-estrutura de suporte aos serviços;
- > Gestão de níveis de serviço.

2. Suporte e manutenção de aplicações e serviços internos e externos:

- > Especificação e teste de novas funcionalidades técnicas ou alteração de funcionalidades existentes;
- > Coordenação na aplicação de alterações em ambiente produtivo ou em ambientes não-produtivos;
- > Suporte e comunicação com agentes para notificação de alterações ou resolução de problemas;
- > Primeira linha de apoio na resolução de problemas técnicos (serviço *helpdesk*);
- > Análise e adaptação a alterações regulatórias.

3. Desenho, especificação, implementação e teste de novas soluções e funcionalidades e melhorias das aplicações utilizadas;

Destacam-se os seguintes eventos que tiveram lugar em 2016 e que foram executados ou tiveram a colaboração do departamento de Sistemas de Informação:

- > Lançamento de produtos Franceses e Alemães;
- > Desenvolvimento de plataforma Web e FTP para acesso de terceiros ao sistema do ACER para o REMIT (ARIS). Esta plataforma foi desenvolvida em colaboração com a Premium-Minds tendo sido genericamente designada de OMIP Reporting Platform (ORP) com o intuito de ser reutilizada para apoiar o cumprimento de futuras obrigações regulatórias;
- > Desenvolvimento e manutenção de interface entre comercializadores, operadores de rede e DGEG para a troca de dados do processo de atribuição da tarifa social do e de dados de acesso massificado, relacionados com o mercado de gás natural.
- > Substituição do fornecedor de serviços de manutenção da plataforma eSwitch/GPMC: saída da Finantech e entrada da Premium-Minds;
- > Migração para o sistema Jira – centralização da gestão de incidentes e tarefas da empresa numa única plataforma.



OUTRAS ATIVIDADES

OUTRAS ATIVIDADES

5.1 Leilões de colocação de produção em regime especial

Os termos e condições de realização dos leilões de colocação de produção em Regime Especial, publicados em anexo à Directiva n.º 5/2011 da ERSE, de 24 de Novembro, definem o OMIP como a entidade responsável pela organização dos leilões. Trata-se de um mecanismo regulado de venda de produção de energia eléctrica em regime especial por parte da EDP - Serviço Universal, S.A., no âmbito da função definida para o comercializador de último recurso, que assume a natureza de leilões de venda de contratos de futuros com entrega na área portuguesa do Mercado Ibérico da Energia Elétrica (MIBEL). A mencionada Directiva estabelece que os leilões obedecem ao modelo de leilão de rondas (ou leilão de relógio). Para o efeito, o OMIP decidiu incluir os leilões dentro do Mercado de Derivados do MIBEL, desenrolando-se estes no âmbito de uma sessão especial de negociação. Em 2016 realizaram-se quatro leilões tendo sido adquiridos todos os contratos oferecidos pelo comercializador de último recurso.

5.2 Leilões de capacidade na interligação elétrica entre Portugal e Espanha

Na sequência da harmonização trabalhada no Conselho de Reguladores do MIBEL, os reguladores sectoriais da energia ERSE e CNMC definiram um mecanismo de gestão harmonizada da interligação Portugal – Espanha, assente na realização de leilões de contratos financeiros de direitos de capacidade (internacionalmente designados de Financial Transmission Rights – FTR), os quais permitem, designadamente aos comercializadores de electricidade, assegurar uma cobertura do risco de diferenças de preços entre Portugal e Espanha, em qualquer dos sentidos. Foi determinado que os leilões seriam integrados no âmbito do MIBEL e realizados na plataforma de negociação do OMIP, tendo sido realizados quatro leilões durante 2016, nos quais foram negociados os dois sentidos da interligação.

5.3 Leilões sobre o novo produto indexado aos índices de produtividade solar

O OMIP iniciou também a prestação do serviço de auctioner num leilão trimestral para a venda, aberta a qualquer agente, que cumpra os requisitos, da produção de energia solar em Espanha, onde a Endesa actua como contraparte compradora e adjudicadora do serviço, através de um leilão de rondas com preço descendente. O leilão incide sobre produtos listados à negociação no OMIP – Produto SPEL Solar (Zona solar IV) com liquidação financeira e compensação na OMIClear. Foram realizados dois leilões em 2016.

5.4 Direitos de utilização de capacidade (gás)

O gás natural necessita de infra-estruturas de rede e terminais complexas, por onde se estabelecem os fluxos energéticos associados ao seu transporte, bem como de uma gestão centralizada dos sistemas assim

constituídos. Neste contexto, o cálculo da atribuição e a gestão técnica e económica dos direitos de utilização dessas capacidades (DUCg) são matérias de particular relevância para o funcionamento adequado dos respectivos mercados.

Nesse sentido, o OMIP foi contactado pela REN – Gasodutos, S.A. em 2013, com o intuito de colaborar na operacionalização dos novos mecanismos de atribuição de capacidade nas diferentes infraestruturas da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT), explorando o conceito de contratação ex-ante dos Direitos de Utilização de Capacidade (DUC) nas infraestruturas do gás natural, em emissão primária e em mercado secundário. De acordo com o Artigo 33.º do Regulamento do Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações do setor do gás natural (RARII), deveriam ser utilizados mecanismos objectivos e transparentes, não discriminatórios, baseados em critérios de mercado, que fornecessem sinais económicos eficazes aos agentes de mercado envolvidos e que satisfizessem os demais princípios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 715/2009, de 13 de Julho, prevendo ainda a utilização de produtos e regras de atribuição de capacidade coerentes e em harmonia com as práticas advogadas pela Comissão ao nível europeu, nomeadamente no Código de Rede Europeu de atribuição de capacidade das infraestruturas. Assim, o OMIP presta à REN, desde Setembro de 2013, serviços nesta área (DUCg): participou activamente no desenho inicial e instalação da solução, em estreita colaboração com a REN, tendo assegurado, a partir daí, todas as actividades e funções previstas, nomeadamente a formação dos agentes, a configuração e disponibilização de plataformas tecnológicas, bem como a operação do mercado primário e do mercado secundário.

As funções acima descritas continuaram a ser asseguradas pelo OMIP durante o ano de 2016, tendo como única alteração relevante a salientar o facto de ter sido acrescentado um novo produto ao portfólio de produtos atribuíveis via plataforma Trayport: o direito de capacidade de armazenamento, em maturidade diária, na infraestrutura de armazenamento subterrâneo de gás natural.

5.5 Desenvolvimento do projeto GPMC

O OMIP manteve a exploração e a gestão da plataforma informática e_Switch, por si desenvolvida para suportar, de forma célere, transparente e segura, os processos de mudança de comercializador no mercado do gás em Portugal, em resultado do acordo celebrado com a REN – Gasodutos, S.A., entidade designada pela ERSE como responsável pela organização do procedimento de facilitação de mudança de comercializador no sector do gás.

Em 2016, cabe assinalar a implementação dos seguintes desenvolvimentos: os relativos à segunda parte do primeiro grupo da primeira fase de instalação dos novos procedimentos de mudança de comercializador no sector do gás natural - revisão do fluxo Z1 (informação estatística para a ERSE) e automatização dos fluxos B5 e B6 (anulação/reposição de mudança de comercializador) para o GPMC; devido ao novo processo de atribuição de Tarifa Social, houve a implementação de um ftp e a adaptação dos fluxos D16 (modificação da tarifa de uso de redes por parte do comercializador) e D41 (modificação dos dados técnicos da instalação por parte do ORPE); por fim, houve também a implementação do ftp relativo ao Acesso Massificado (acesso de forma massificada por parte dos comercializadores aos dados técnicos e de consumo de todos os pontos de entrega nacionais de gás natural).



P E R S P E T I V A S P A R A 2 0 1 7

O ano de 2017 volta a ser de importantes desafios para o OMIP.

No plano institucional porque urge aprofundar o seu funcionamento integrado no contexto OMI, devendo fornecer um conjunto de vantagens comparativas em relação aos seus concorrentes.

Relativamente ao desenvolvimento do negócio, espera-se:

- > O progressivo crescimento dos volumes negociados;
- > O aumento do número de participantes no mercado;
- > A ampliação do portfolio de produtos listados para negociação e registo de operações bilaterais, nomeadamente contratos de futuros sobre gás natural na Península Ibérica;
- > Continuar com a organização de leilões de direitos financeiros sobre capacidade de interligação Portugal-Espanha;
- > Continuar com a organização de leilões de colocação de PRE para a zona portuguesa do MIBEL;
- > Assegurar o elevado nível de serviço que vem sendo prestado aos participantes no Mercado, incluindo o desenvolvimento de novas soluções e funcionalidades especificamente solicitadas por estes;
- > Manter o reconhecimento e a notoriedade do OMIP como a bolsa de referência.

Assim, o OMIP continuará a actuar com elevados padrões de eficiência e de inovação, procurando satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros e a exigência do setor de negócio onde a empresa está inserida.

Em termos de cooperação internacional, o OMIP continuará a participar ativamente nas atividades desenvolvidas pelos diversos organismos internacionais, dos quais é parte.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade; deliberou propor que o resultado líquido do período de 2016, no valor positivo de 631 392,89 Euros (seiscentos e trinta e um mil, trezentos e noventa e dois euros e oitenta e nove cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	63 139,29 Euros
Distribuição de Dividendos	568 253,60 Euros

Lisboa, 22 de março de 2017

O Conselho de Administração,

Pedro Jesus Mejía Gómez

Abengoa, S.A.

German Bejarano García

Banco Santander, S.A.

Carlos Martín de los Santos Bernardos

EDP – Energias de Portugal, S.A.

Carlos Manuel Sola Pereira da Mata

Endesa Generación Portugal, S.A.

Adolfo Javier de Rueda Villén

Gas Natural, SDG, S.A.

Rosa María Sanz García

Iberdrola Generación España, S.A.U.

Gregorio Relaño Cobián

Parcaixa, SGPS, S.A.

Paulo Alexandre da Rocha Henriques

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara

REN Serviços, S.A.

Pedro Henriques Gomes Cabral

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L.

Javier Anzola Pérez



ACIONISTAS, ÓRGÃOS SOCIAIS
E PARTICIPADA

8.1 Acionistas

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (50%)

OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A. (50%)

8.2 Órgãos Sociais (triénio 2015 – 2017)

Mesa da Assembleia Geral

Manuela Lopes dos Santos.....Presidente

Conselho de Administração

Pedro Jesus Mejía GómezPresidente

Por preencher.....Vice Presidente

(por preencher, na sequência da renúncia apresentada por José Isidoro d'Oliveira Carvalho Netto em 31 de maio de 2016)

Abengoa, S.A. (German Bejarano García)Vogal

Banco Santander, S.A. (Carlos Martin de los Santos Bernardos).....Vogal

EDP – Energias de Portugal, S.A. (Carlos Manuel Sola Pereira da Mata).....Vogal

Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén).....Vogal

Gas Natural, SDG, S.A. (Rosa María Sanz García)Vogal

Iberdrola Generación España, S.A.U (Gregorio Relaño Cobián)Vogal

Parcaixa, SGPS, S.A. (Paulo Alexandre da Rocha Henriques).....Vogal

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara)Vogal

REN Serviços, S.A. (Pedro Henriques Gomes Cabral).....Vogal

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L. (Javier Anzola Pérez).....Vogal

Órgão de Fiscalização/Fiscal Único

PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda. (SROC).....Efetivo

José Manuel Henriques Bernardo (ROC)Suplente

8.3 Participada

OMIClear, C.C., S.A. - Participação de 50% no capital social de 7 500 000,00 Euros.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Balanço

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2016	31-12-2015
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	11.304	13.524
Participações financeiras - Método equivalência patrimonial	8	5.286.142	5.233.807
Créditos a receber	9	262.917	-
Outros Investimentos financeiros	10	1.995	929
		5.562.358	5.248.260
Corrente			
Clientes	11	309.803	108.546
Outros créditos a receber	9	910.141	1.156.232
Diferimentos	12	31.380	26.670
Caixa e depósitos bancários	5	531.200	342.322
		1.782.524	1.633.769
Total do ativo		7.344.882	6.882.029
Capital próprio			
Capital subscrito	13	2.500.000	2.500.000
Prémio de emissão	14	1.193.711	1.193.711
Reservas legais	15	190.435	184.528
Ajustamentos/Outras variações nocapital próprio	16	1.114.928	1.114.928
Resultados transitados		1.025.810	1.025.810
		6.024.884	6.018.977
Resultado líquido do período		631.393	59.072
Total do capital próprio		6.656.277	6.078.049
Passivo			
Corrente			
Fornecedores	17	162.610	127.952
Estado e outros entes públicos	18	253.503	56.365
Outras dívidas a pagar	19	272.492	619.663
		688.605	803.980
Total do passivo		688.605	803.980
Total do capital próprio e do passivo		7.344.882	6.882.029

As notas das páginas 35 a 55 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2016

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2016	31-12-2015
Vendas e serviços prestados	20	2.513.909	1.928.986
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias	8	52.335	16.450
Fornecimentos e serviços externos	21	(965.875)	(955.379)
Gastos com o pessoal	22	(972.492)	(1.097.482)
Outros rendimentos	23	305.389	367.028
Outros gastos	24	(129.408)	(112.976)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		803.858	146.627
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	7	(4.517)	(21.692)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		799.341	124.935
Juros e rendimentos similares obtidos	25	7.898	17.025
Juros e gastos similares suportados	25	(11)	(311)
Resultados antes de impostos		807.228	141.649
Imposto sobre o rendimento do período	26	(175.835)	(82.577)
Resultado líquido do período		631.393	59.072
Resultado por acção básico		2,53	0,24

As notas das páginas 35 a 55 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início de 2015		2.500.000	1.193.711	165.345	1.114.928	1.025.810	191.829	6.191.623
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	19.183	-	172.646	(191.829)	-
		-	-	19.183	-	172.646	(191.829)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	59.072	59.072
Resultado integral		-	-	-	-	-	59.072	59.072
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	27	-	-	-	-	(172.646)	-	(172.646)
		-	-	-	-	(172.646)	-	(172.646)
Posição no fim de 2015		2.500.000	1.193.711	184.528	1.114.928	1.025.810	59.072	6.078.049
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	5.907	-	53.165	(59.072)	-
		-	-	5.907	-	53.165	(59.072)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	631.393	631.393
Resultado integral		-	-	-	-	-	631.393	631.393
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	27	-	-	-	-	(53.165)	-	(53.165)
		-	-	-	-	(53.165)	-	(53.165)
Posição no fim de 2016		2.500.000	1.193.711	190.435	1.114.928	1.025.810	631.393	6.656.277

As notas das páginas 35 a 55 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2016

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2016	31-12-2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		2.792.343	1.844.669
Pagamentos a fornecedores		(1.133.576)	(1.071.621)
Pagamentos ao pessoal		(839.532)	(1.014.859)
Caixa gerada pelas operações		819.236	(241.811)
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(12.173)	50.294
Outros (pagamentos) / recebimentos		(250.706)	(25.791)
Fluxos de caixa das actividades operacionais		556.357	(217.309)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Outros Ativos		-	(500.000)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1	-
Outros ativos		-	250.000
Dividendos	27	-	105.740
Juros e rendimentos similares		8.057	8.747
Fluxos de caixa das actividades de investimento		8.058	(135.513)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos Provenientes de			
Outras Operações de Financiamento		44.306	-
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos e similares		-	-
Dividendos	27	(46.519)	(151.065)
Outras Operações de Financiamento		(373.324)	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(375.537)	(151.065)
Variação de caixa e seus equivalentes		188.878	(503.887)
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	342.322	846.209
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	531.200	342.322

As notas das páginas 35 a 55 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Identificação da entidade e período de relato

O OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A., cuja anterior denominação era OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A. foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de junho, do Senhor Ministro da Economia, tendo a respetiva escritura pública sido assinada em 16 de junho de 2003.

A sociedade iniciou a sua atividade em 10 de dezembro de 2003, tendo por objeto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transações e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transações padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema elétrico.

Desde 18 de outubro de 2011, o capital do OMIP, passou a ser detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS), e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A. (OMEL).

Até 12 de setembro de 2013, o OMIP deteve a totalidade das ações representativas do capital social da empresa, OMIClear, C.C., S.A. (OMIClear), que tem como objeto social a gestão de uma câmara de compensação com assunção de contraparte central e de um sistema de liquidação.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho da administração, na reunião de 22 de março de 2017, estando ainda sujeitas a aprovação por parte dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas à data de 31 de dezembro de 2016.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo OMIP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em

que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.18.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes das presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Participações financeiras – Filiais

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespasses, são refletidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respetivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

4.2. Conversão cambial

4.2.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do OMIP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

4.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, nas rubricas de Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suportados, se relacionadas com financiamentos ou em Outros rendimentos ou Outros gastos, para todos os outros saldos / transações.

4.2.3 COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2016	2015
USD	1,0536	1,0925
GBP	0,8564	0,7369

4.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

	Anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.4. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado ativo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como “Outros créditos a receber”. O ajustamento pela imparidade de contas a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

4.6. Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio do OMIP, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor

da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade de clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

4.7. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa.

4.8. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.9. Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- (a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: *i)* que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; *ii)* cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e *iii)* que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, contas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

4.11. Imposto sobre o rendimento

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até 15.000 Euros, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto as relacionadas com: i) o reconhecimento inicial do *goodwill*; ou ii) o reconhecimento inicial de ativos e passivos, que não resultem de uma concentração de atividades, e que à data da transação não afetem o resultado contabilístico ou fiscal. Contudo, no que se refere às diferenças temporárias tributáveis relacionadas com investimentos em filiais, estas não devem ser reconhecidas na medida em que: i) a empresa mãe tem capacidade para controlar o período da reversão da diferença temporária; e ii) é provável que a diferença temporária não reverta num futuro próximo.

4.12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando o OMIP tem: i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o OMIP divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.13. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais o OMIP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o OMIP não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o OMIP tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.14. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.15. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bens e/ou serviços no decurso normal da atividade do OMIP. Os réditos são apresentados líquidos de quaisquer montantes reais, estimados ou ambos relativos a devoluções de vendas, descontos comerciais, descontos de quantidade e descontos de pré ou pronto pagamento. Estes montantes são estimados com base em informações históricas, termos contratuais específicos ou das expectativas futuras relativamente à evolução dos réditos, os quais são deduzidos no momento em que o rédito é reconhecido, mediante a contabilização de passivos apropriados. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; ii) é provável que benefícios económicos fluam para o OMIP; e iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

4.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas do OMIP é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus sócios.

4.17. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

4.18. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do OMIP são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

4.18.1. Provisões

O OMIP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.18.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação / amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações / amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando, sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

4.18.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do OMIP, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao OMIP.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4.19. Acontecimentos após a data do Balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

5 Fluxos de caixa

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O OMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o detalhe de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Caixa	2.752	2.056
Depósitos bancários	528.448	340.266
	<u>531.200</u>	<u>342.322</u>

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Numerário		
- Caixa	2.752	2.056
	<u>2.752</u>	<u>2.056</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	528.448	340.266
	<u>528.448</u>	<u>340.266</u>
	<u>531.200</u>	<u>342.322</u>

Em 31 de dezembro de 2016, a empresa já não possui qualquer depósito a prazo.

6 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

6.1. Alterações nas normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo OMIP.

6.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas políticas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

6.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas estimativas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

6.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

7 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de janeiro de 2015			
Custo de aquisição	120.000	1.735.634	1.855.634
Depreciações acumuladas	(103.958)	(1.719.316)	(1.823.274)
Valor líquido	16.042	16.318	32.360
Adições	-	2.857	2.857
Depreciação - período	(16.333)	(5.359)	(21.692)
Valor líquido	(291)	13.816	13.524
31 de dezembro de 2015			
Custo de aquisição	120.000	1.738.491	1.858.491
Depreciações acumuladas	(120.291)	(1.724.675)	(1.844.966)
Valor líquido	(291)	13.816	13.524

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de janeiro de 2015			
Custo de aquisição	120.000	1.738.491	1.858.491
Depreciações acumuladas	(120.291)	(1.724.675)	(1.844.966)
Valor líquido	(291)	13.816	13.524
Adições	-	2.288	2.288
Alienações	(70.000)	-	(70.000)
Depreciação - período	-	(4.800)	(4.800)
Depreciação - alienações	70.291	-	70.291
Valor líquido	(0)	11.304	11.304
31 de dezembro de 2015			
Custo de aquisição	50.000	1.740.779	1.790.779
Depreciações acumuladas	(50.000)	(1.729.475)	(1.779.475)
Valor líquido	-	11.304	11.304

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos / reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

As adições em ativos fixos tangíveis realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2016 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em equipamento.

8 Participações financeiras

– Método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o investimento em empresas associadas corresponde a 50% do capital da OMIClear – C.C., S.A.

O detalhe em relação à empresa associada é o seguinte:

	31-12-2016	31-12-2015
	OMIClear	OMIClear
Ativos		
Não correntes	698.814	75.280
Correntes	292.901.947	210.261.170
	293.600.761	210.336.450
Passivos		
Não correntes	530.440	14.635
Correntes	282.498.037	199.854.202
	283.028.477	199.868.837
Capital Próprio	10.572.284	10.467.613
Atividade no ano		
Rendimentos	2.480.213	2.261.808
Gastos	(2.375.541)	(2.228.907)
Resultado Líquido	104.671	32.899
% participação detida	50%	50%
	52.335	16.450

A movimentação da participação financeira nos períodos apresentados é como segue:

	OMIClear
1 de janeiro de 2015	5.358.343
Dividendos recebidos	(140.986)
Ganhos / (Perdas)	16.450
31 de dezembro de 2015	5.233.807
Ganhos / (Perdas)	52.335
31 de Dezembro 2016	5.286.142

Em 2016 não foram recebidos quaisquer dividendos da Omiclear referente ao ano de 2015.

9 Créditos a receber

No período findo em 31 de dezembro de 2016 a decomposição da rubrica de créditos a receber é como segue:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos concedidos (Nota 31)	66.018	262.917	328.936	-	-	-
Outros Devedores						
OMIClear (Nota 31)	217.536	-	217.536	439.936	-	439.936
OMIP SGPS (Nota 31)	259.590	-	259.590	288.904	-	288.904
REN - Gasodutos (Nota 31)	42.530	-	42.530	21.516	-	21.516
REN - Serviços (Nota 31)	-	-	-	5.250	-	5.250
Outros	276	-	276	277	-	277
Acréscimos de rendimentos						
Outros	324.190	-	324.190	400.348	-	400.348
	910.141	262.917	1.173.058	1.156.231	-	1.156.231
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	910.141	262.917	1.173.058	1.156.231	-	1.156.231

No início do ano de 2016, o OMIP SGMR, SA concedeu um empréstimo á sua participada Omiclear para a aquisição do Sungard.

O plano de reembolso do empréstimo concedido é como se segue:

	<u>31-12-2016</u>
2017	66.018
2018	62.817
2019	64.720
2020	66.680
2021	68.701
	<u>328.936</u>

Detalhe dos outros acréscimos de rendimentos:.

Acréscimo de GPMC	229.558
Acréscimo de DUC'S	24.917
Acréscimo da EEX - Q4-15	56.593
Juros a receber	13.008
Diversos	114
TOTAL	<u>324.190</u>

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

10 Outros investimentos financeiros

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se às contribuições mensais efetuadas pela Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), nos termos da Lei nº 70/2013.

11 Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Cientes - Partes relacionadas (nota 31)	223.825	-	223.825	61.918	-	61.918
Cientes - Terceiros	85.978	-	85.978	46.628	-	46.628
	309.803	-	309.803	108.546	-	108.546
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	309.803	-	309.803	108.546	-	108.546

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o OMIP tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

	31-12-2016	31-12-2015
Seguros	5.030	6.751
Quotas	808	196
Bloomberg	3.957	3.840
Outros	21.585	15.884
	31.380	26.670

13 Capital

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o capital social do OMIP, no montante de 2.500.000 Euros, encontra-se totalmente realizado e é composto por 250.000 ações, de valor nominal de 10 Euros cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	% participação	Capital
OMIP SGPS	50,00%	1.250.000
OMEL	50,00%	1.250.000
	100,00%	2.500.000

14 Prémio de emissão

Os prémios de emissão, no montante de 1.193.711 Euros, resultaram de um aumento de capital social ocorrido em 2004 com a entrada do OMEL no capital da Empresa e um reforço de capital do anterior acionista REN. Posteriormente, parte deste valor foi utilizado para fazer face a um aumento de capital.

15 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

A 31 de dezembro de 2016 esta reserva ascende a 190.435 Euros (2015: 184.528 Euros), não perfazendo ainda 20% do capital social.

16 Ajustamentos/outras variações do capital próprio

O montante de 1.114.928 Euros evidenciado nesta rubrica corresponde à reavaliação da OMIClear após a venda de 50% efectuada pelo OMIP ao OMIE em Setembro de 2013.

17 Fornecedores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a decomposição da rubrica de Fornecedores, integralmente correntes, é como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Fornecedores	162.610	127.952
	162.610	127.952

18 Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os saldos referentes às rubricas de Estado são como segue:

	31-12-2016		31-12-2015	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	172.146	-	10.813
Imposto sobre o rendimento - IRS	-	22.525	-	21.955
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	43.059	-	5.195
Contribuições para a segurança social	-	15.773	-	18.402
	-	253.503	-	56.365

Para os períodos apresentados o saldo do Imposto sobre o rendimento - IRC tem a seguinte decomposição:

	31-12-2016	31-12-2015
Pagamento especial por conta	4.658	-
Retenções na fonte	-	36.707
Estimativa de IRC	(176.804)	(47.520)
	(172.146)	(10.813)

19 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

	31-12-2016			31-12-2015		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores investimentos						
Fornecedores gerais	688	-	688	-	-	-
	688	-	688	-	-	-
Outros credores						
OMIClear (nota 31)	-	-	-	320.324	-	320.324
OMIP SGPS (Nota 31)	-	-	-	33.963	-	33.963
Outros	4.333	-	4.333	5.276	-	5.276
	4.333	-	4.333	359.563	-	359.563
Pessoal						
Pessoal	-	-	-	488	-	488
	-	-	-	488	-	488
Credores por acréscimos de gastos						
Gastos com o pessoal	206.194	-	206.194	209.969	-	209.969
Outros	61.277	-	61.277	49.643	-	49.643
	267.471	-	267.470	259.612	-	259.612
	272.492	-	272.491	619.663	-	619.663

20 Serviços prestados

O montante de Serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Fees variáveis	731.953	320.918
Fees de admissão e manutenção	481.594	429.544
Serviços prestados no âmbito do Gás Natural	374.332	510.437
Licenças	312.822	272.018
REMITT	210.215	16.157
EEX	169.093	45.033
Serviços prestados no âmbito da Electricidade	162.500	266.779
Outros	71.400	68.100
	2.513.909	1.928.986

Os serviços de sustentação do sistema gestão encontram-se evidenciados na rubrica de Outros rendimentos e ganhos operacionais.

21 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Trabalhos especializados	750.560	716.271
Deslocações e estadas	44.189	47.589
Rendas e alugueres (inclui condomínio)	44.073	41.321
Materiais	28.320	30.291
Despesas de representação	24.870	40.010
Honorários	21.642	18.193
Seguros	17.048	17.896
Comunicações	13.143	15.935
Energia e fluídos	6.908	13.299
Outros (individualmente inferiores a 5.000 Euros)	15.122	14.574
	965.875	955.379

A rubrica mais relevante dos fornecimentos e serviços externos são os trabalhos especializados, os quais incluem: (i) trabalhos de manutenção de sistemas e acessos a plataformas informáticas, e; (ii) *fees* de gestão que compensam dentro do grupo o esforço dedicado pelos restantes colaboradores do grupo ao OMIP.

22 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Remunerações		
Orgãos sociais	153.616	317.940
Pessoal	636.921	590.827
	790.537	908.767
Encargos sobre remunerações	165.638	174.016
Outros	16.316	14.698
	181.955	188.715
	972.492	1.097.482

O número médio de colaboradores do OMIP em 2016 foi de 12 (2015: 12).

23 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos e ganhos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Fees de gestão (Nota 31)	235.437	238.437
Fees de negócio	62.408	77.740
Outros	7.544	50.851
	305.389	367.028

A rubrica de *Fees* de negócio inclui os *fees* de negócio faturados à OMIClear. Estes valores são cobrados pelo facto de todos os negócios do OMIP serem compensados pela OMIClear. Este serviço terminou a 31 de agosto de 2016.

A rubrica *Fees* de gestão inclui os valores debitados pelo OMIP às empresas do grupo, pelo facto de disponibilizar recursos humanos para serem afetos a trabalhos decorrentes da atividade dessas empresas.

24 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2016	31-12-2015
Custos com operações de mercado	86.402	60.214
Quotizações	24.240	25.859
Impostos	2.222	3.475
Outros	16.546	23.428
	129.408	112.976

A rubrica de Custos com operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (*market makers*). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas de mercado. A variação registada resulta do facto de em 2016 os volumes de negociação terem sido superiores ao ano de 2015.

A rubrica Quotizações inclui os gastos que a Empresa assumiu durante o ano de 2015 por ser associada de entidades do sector, como a APE (Association of Power Exchanges) e o EUROPEX, entre outras.

25 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos períodos de 2016 e 2015 é como segue:

	31-12-2016	31-12-2015
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	7.898	17.025
	7.898	17.025
Gastos financeiros		
Outros gastos financeiros	11	311
	11	311

A Empresa obteve um rendimento inferior ao verificado em 2015, relativamente às aplicações financeiras, devido às baixas taxas de juro praticadas pelos bancos.

26 Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a rubrica de Imposto sobre o rendimento do período apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2016	31-12-2015
Imposto sobre o rendimento corrente	176.805	47.520
Impostos relativos a períodos anteriores (2011 e 2012)	-	48.926
Excesso de Estimativa para Imposto	(970)	(13.869)
	175.835	82.577

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 17% até 15.000 Euros, para o restante valor da colecta 21% e a derrama de 1,5% (2015: 17% até 15.000 Euros, para o restante valor da colecta 23% e a derrama de 1,5%).

A insuficiência de estimativa para imposto foi devido a um acerto de imposto sobre os lucros que a empresa teve que fazer relativamente aos anos de 2011 e 2012.

26.1. Impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não existem situações geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

26.2. Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é evidenciada como segue:

	31-12-2016		31-12-2015	
Resultado antes de imposto	15.000	792.228	15.000	126.650
Taxa de imposto	17,0%	21,0%	17,0%	21,0%
	2.550	166.368	2.550	26.596
	168.918		29.146	
Gastos não aceites	1.379		4.953	
Rendimentos não tributados	(11.163)		(3.747)	
Derrama	11.410		2.211	
Tributação autónoma	6.260		14.957	
Liquidação Adicional de IRC (2011 e 2012)	-		48.926	
Excesso de estimativa de IRC	(970)		(13.869)	
	175.835		82.578	
Imposto sobre o rendimento corrente	176.805		47.520	
Liquidação Adicional de IRC (2011 e 2012)	-		48.926	
Excesso de estimativa de IRC	(970)		(13.869)	
	175.835		82.577	
Taxa efectiva de imposto	21,8%		58,3%	

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2016	2015
Taxa de imposto até 15.000 Euros	17,00%	17,00%
Taxa de imposto para o remanescente	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	20,50%	20,50%

27 Dividendos

O OMIP pagou dividendos durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 no valor de 53 165 Euros aos accionistas OMIP SGPS e OMEL, na proporção das participações no capital da empresa (2015: 172 646 Euros).

O pagamento dos dividendos, foi sujeito a retenção na fonte á taxa de 25%.

28 Compromissos

A 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não existiam outros compromissos assumidos pela Empresa e não refletidos nas demonstrações financeiras.

29 Contingências

PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o OMIP não apresenta qualquer passivo contingente.

ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 o OMIP não apresenta qualquer ativo contingente.

30 Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, o OMIP confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedor de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

31 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2016, o OMIP era detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energia, Polo Español, SA:

NATUREZA DO RELACIONAMENTO COM AS PARTES RELACIONADAS:

Acionistas:

- OMIP, SGPS
- OMEL

Subsidiárias:

- OMIClear – C.C., SA

Outras partes relacionadas:

- OMI – Polo Español, SA
- REN – Rede Electrica Nacional, SA.
- REN – Gasodutos, SA
- REN – Serviços, SA.
- Caixa Geral de Depósitos
- Banco Comercial Português, SA
- EDP – Energias de Portugal, SA
- Gás Natural SDG, SA
- Iberdrola Generacion Espanã, SAU

31.1. Transações com acionistas:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com os acionistas:

	31-12-2016	31-12-2015
Compras de serviços		
OMIP SGPS	25.350	25.350
	25.350	25.350
	31-12-2016	31-12-2015
Serviços prestados		
OMIP SGPS	55.437	55.437
	55.437	55.437

31.2. Saldos devedores e credores com acionistas

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os saldos resultantes de transações efetuadas com acionistas são os seguintes:

	31-12-2016	31-12-2015
Outros créditos a receber		
OMIP SGPS (nota 11)	259.590	288.904
	259.590	288.904
Outras dívidas a pagar		
OMIP SGPS (nota 18)	-	33.963
	-	33.963

31.3. Transações com subsidiárias:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com as seguintes entidades:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Compras de serviços		
OMIClear	145.344	145.344
	145.344	145.344
 Serviços prestados		
OMIClear	242.408	237.764
	242.408	237.764

31.4. Saldos devedores e credores com subsidiárias:

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os saldos resultantes de transações efetuadas com subsidiárias são os seguintes:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Outros créditos a receber		
OMIClear (nota 9)	328.936	439.936
	328.936	439.936
 Outras dívidas a pagar		
OMIClear (nota 19)	-	320.324
	-	320.324

31.5. Transações com outras partes relacionadas:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com as seguintes entidades:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Serviços prestados		
REN - Gasodutos	374.332	173.078
REN - Rede Energética Nacional	62.500	62.500
	436.832	235.578

31.6. Saldos devedores e credores com outras partes relacionadas:

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 os saldos resultantes de transações efetuadas com outras partes relacionadas são as seguintes:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Clientes		
REN - Gasodutos	223.825	61.918
	223.825	61.918
 Outros créditos a receber		
REN - Gasodutos	42.530	21.516
REN - Serviços	-	5.250
	42.530	26.766

31.7. Remunerações da Administração

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	<u>31-12-2016</u>	<u>31-12-2015</u>
Salários e outras remunerações de curto prazo	<u>153.616</u>	<u>317.940</u>
	<u>153.616</u>	<u>317.940</u>

32 Eventos subsequentes

Até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

33 Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade; deliberou propor que o resultado líquido do período de 2016, no valor positivo de 631 392,89 Euros (seiscentos e trinta e um mil e trezentos e noventa e dois euros e oitenta e nove centimos), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	63 139,29 Euros
Distribuição de Dividendos	568 253,60 Euros

Lisboa, 22 de março de 2017

Manuela Lopes dos Santos

O Técnico de contas, n.º 85946

O Conselho de Administração,

Pedro Jesus Mejía Gómez

Abengoa, S.A.

German Bejarano García

Banco Santander, S.A.

Carlos Martín de los Santos Bernardos

EDP – Energias de Portugal, S.A.

Carlos Manuel Sola Pereira da Mata

Endesa Generación Portugal, S.A.

Adolfo Javier de Rueda Villén

Gas Natural, SDG, S.A.

Rosa María Sanz García

Iberdrola Generación España, S.A.U.

Gregorio Relaño Cobián

Parcaixa, SGPS, S.A.

Paulo Alexandre da Rocha Henriques

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.

Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara

REN Serviços, S.A.

Pedro Henriques Gomes Cabral

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L.

Javier Anzola Pérez



A N E X O S

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

01/03



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do OMIP – Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 7.344.882 euros e um total de capital próprio de 6.656.277 euros, incluindo um resultado líquido de 631.393 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do OMIP – Polo Português, S.G.M.R., S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
 Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
 Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
 Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

02/03

- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

03/03

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

13 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

01/02



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de OMIP – Polo Português, S.G.M.R., S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

02/02

Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

13 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Rui Jorge dos Anjos Duarte, R.O.C.



OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.

Av. Casal Ribeiro, n.º 14 – 8.º // 1000-092 Lisboa - Portugal

www.omip.eu // omip@omip.pt

Tel: +351 21 000 6000 // Fax: +351 21 000 6001